

Grupos avançam nas negociações sobre projeto

Comunicações, monopólio do petróleo e nuclear já têm acordo. Reforma agrária ainda não

Os três grupos interpartidários que estão discutindo os vários capítulos do projeto da nova Constituição estão longe de chegar a um acordo sobre a reforma agrária, sobre a estabilidade do emprego e a jornada de trabalho, pela divergência de opiniões entre os parlamentares centristas e as esquerdas. Mas já obtiveram consenso em matérias importantes como a política de comunicação, a área de mineração e o monopólio estatal do petróleo e dos minerais nucleares.

O grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa e integrado por representantes do PMDB, PFL, PDS, PL e PCB, o chamado grupo interpartidário ou do consenso, coordenado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) e integrado por parlamentares de centro-esquerda do PMDB, PFL e PDT, e ainda o grupo de esquerda, que reúne as bancadas do PT, do PDT, PCB e PC do B, além de representantes do Movimento de Unidade Progressista (de esquerda) do PMDB vem se reunindo diariamente em conjunto ou separadamente, para tentar acordos sobre os vários temas, preparando caminho para facilitar as votações em plenário.

Esses acordos prévios, se obtidos, reduzirão o número de destaques para votação de artigos do projeto em separado na Comissão de Sistematização, primeiro, e no plenário, depois. Mas a maioria dos deputados do PFL e os moderados do PMDB, salvo algumas exceções, não tem participado das negociações em caráter permanente. As vezes são chamados esparsamente para encontros do grupo dos 32. Sua aprovação aos acordos é fundamental para a agilização das votações.

Embora na questão da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores o acordo seja difícil, a iniciativa de criar grupos para negociar as questões econômicas e sociais do projeto da nova Carta é louvável e importante. Principalmente porque as lideranças partidárias, inclusive o relator Bernardo Cabral e o deputado Ulysses Guimarães, estão absorvidos por questões mais políticas, como o mandato presidencial, o sistema de governo e a anistia, que preocupam o governo e ameaçam a continuidade da abertura política.

Os grupos cuidam dos assuntos que dizem respeito ao cidadão, ao empresário, ao trabalhador, ao estudante. Discutem exaustivamente as questões concretas do dia-a-dia da Nação e qualquer avanço que obtiverem será útil e importante ao sucesso da Constituinte.

A fim de dar ao leitor uma idéia de todos os temas em negociação pelos constituintes nas reuniões fechadas nas comissões do Senado, no Instituto Israel Pinheiro e na Fundação Getúlio Vargas, o CORREIO traz uma síntese do andamento dos debates e os problemas que podem impedir o consenso dos políticos das várias ideologias. Confira.

De acordo com o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), o grupo vai apresentar emenda criando reserva de mercado e proteção para as indústrias nascentes. Alega que o texto do relator é brando e não dá a proteção necessária à autonomia tecnológica brasileira.

GIVALDO BARBOSA



EUGENIO NOVAES



Duas posições: Amato pela livre iniciativa e Barbosa Lima pelo monopólio nacional do petróleo

ECONOMIA E PRODUÇÃO

MINERAÇÃO E ENERGIA

Os grupos dos 32 e do Consenso querem manter o texto do projeto, que limita a exploração dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e lavra de minérios às empresas nacionais, mediante autorização da União. A exploração em terras indígenas só com autorização das comunidades e da União. As concessões sempre serão por tempo determinado.

A esquerda quer emendar o projeto, que a seu ver não protege os índios de maneira ampla, de forma a impedir que as empresas privadas explorem minérios nas reservas indígenas e submetendo as autorizações ao Congresso Nacional.

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

A esquerda, o grupo dos 32 e o de Consenso estão de acordo com a necessidade de criação do Conselho Nacional de Comunicação. Concorde ainda que, juntamente com o Congresso Nacional, o Conselho terá autoridade para conceder novas concessões de canal de rádio e televisão ou aprovar renovações de contrato. A decisão final sobre as concessões é dos congressistas, juntamente com os integrantes do Conselho Nacional de Comunicação. Para o consenso falta definir com os demais grupos dois pontos: o prazo das concessões e o quorum para aprovação pelo Congresso.

EMPRESA NACIONAL

Grupo dos 32 — A tendência é mudar o conceito de empresa nacional, inserido no substitutivo de Cabral, e aprovar a proposta inicial pelo senador Severo Gomes (PMDB-SP), cuja redação é: "Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente,



exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de residentes no País, ou por entidades de direito público interno.

Grupo de Consenso: Permanece o conceito adotado por Bernardo Cabral em seu substitutivo: empresa nacional é aquela constituída e com sede no País, com controle decisório e de capital votante em mãos de brasileiros domiciliados no País, ou por entidades de direito público.

Esquerda: Os constituintes apresentaram emenda constitucional supressiva, eliminando o conceito de empresa brasileira com capital estrangeiro, previsto no item 1, artigo 225, do substitutivo de Bernardo Cabral. O grupo só admite o conceito de empresa nacional, em mãos de brasileiros e, com capital exclusivamente nacional.

RESERVA DE MERCADO

Tanto o Grupo dos 32 quanto o de Consenso querem manter o que já foi acordado no substitutivo do relator. A tendência era a de não introduzir quaisquer mudanças. Se o consenso entre os dois grupos permanecer, vale o que está no anteprojeto de Cabral: "Art. 290 — O mercado interno integra o patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento socioeconômico, o bem-estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da Nação".

Esquerda: De acordo com o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), o grupo vai apresentar emenda criando reserva de mercado e proteção para as indústrias nascentes. Alega que o texto do relator é brando e não dá a proteção necessária à autonomia tecnológica brasileira.

REFORMA AGRÁRIA

O grupo do Consenso não conseguiu unificar a posição de seus integrantes quanto ao dispositivo que assegura imissão imediata na posse da terra mas apóia a fixação de prazo para que a Justiça se manifeste sobre os processos de desapropriação.

O grupo dos 32 tem divergências internas quanto à imissão imediata da posse em terras desapropriadas e não aceita a fixação de prazos para que a Justiça se pronuncie. Não tem posição uniforme sobre o pagamento das desapropriações.

A esquerda quer fixar limite máximo das propriedades rurais; limitar a extensão das terras adquiridas por estrangeiros; imissão imediata na posse de terras desapropriadas, com indenização sempre em títulos de dívida agrária.

PETRÓLEO E ÁTOMO

Os três grupos estão de acordo com o texto do relator: "Constituem monopólio da União: a pesquisa, a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos, gases raros e gás natural, existentes no território nacional; refinação de petróleo nacional e estrangeiro;...

- importação e exportação dos produtos previstos nos itens anteriores; - transporte marítimo do petróleo bruto e seus derivados de origem nacional, bem como transporte via condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros e gás natural; - pesquisa, lavra, enriquecimento e processamento, industrialização e comércio de minerais nucleares.

Mario Amato defende livre iniciativa

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, ao defender do plenário da Assembleia Constituinte, emenda popular inscrita pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e Centro do Comércio, pela livre iniciativa, convidou os constituintes para uma reflexão sobre o verdadeiro papel da empresa e do empresário na vida nacional. "Reitero que esse nosso compromisso com a livre empresa decorre de uma profunda convicção: a de que, só através da iniciativa privada alcançaremos uma economia mais forte e consequentemente uma sociedade mais justa, com a indispensável paz social", afirmou.

O industrial disse esperar que a nova Constituição "consolide a transição para um regime de economia de mercado, onde a competência e a eficiência substituam o sistema das decisões arbitrárias". Mário Amato manifestou-se contra a ordem estatizante "adepta do poder público hipertrofiado", e afirmou que está na hora "de ajustar o setor público, eliminando a ineficiência e a sua expansão até aqui avassaladora, disciplinando o seu poder de interferir e reduzindo a sua participação na economia".

Barbosa Lima prega petróleo nacionalizado

Em defesa da manutenção do monopólio do petróleo para a Petrobrás, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa — ABI, Barbosa Lima Sobrinho, criticou ontem, no plenário da Câmara, a vigência dos contratos de risco. Constituinte em 1946 e ex-governador de Pernambuco, ele afirmou que o fim do monopólio "significa a desnacionalização imediata de um setor vital da nossa economia, o que não interessa ao Brasil".

Mesmo claudicando na leitura do texto e no andar, Barbosa Lima Sobrinho disse que não recusou o convite para defender a emenda popular pelo monopólio, "porque achei que mesmo aos 90 anos ainda é tempo de ajudar o Brasil". E esse recado foi bem acolhido pelos constituintes presentes. Nove deles, por sinal, fizeram questão de saudá-lo, em nome de suas bancadas, pelo exemplo de luta e vigor na defesa das idéias.

O presidente da ABI lembrou que somente a consolidação do monopólio estatal do petróleo não é suficiente. É necessário, acrescentou, "que a Constituição em elaboração inclua no seu texto uma proibição expressa aos contratos de risco". Afinal, disse ele, é de se estranhar que países como Brasil, Síria, Índia e Sri-lanka tenham "relaxado" o monopólio no setor petrolífero, quando se sabe que a tendência geral nos de-

mais países é pela maior participação do Estado.

A tese do monopólio estatal do petróleo, de acordo com o jornalista é suprapartidária; é de todo o povo brasileiro que aspira soberania, liberdade e desenvolvimento sócio-econômico. Foi com tal espírito que a campanha "o petróleo é nosso" provocou o maior movimento popular de nossa história, em 1953.

Segundo ele, os contratos de risco para exploração de petróleo criados em 1975, no governo Geisel são permanente ameaça ao monopólio. Disse que aquela época o Governo justificou tais contratos baseado na ilusão de que as empresas estrangeiras resolveriam nosso problema de produção, através de significativos aportes de capital e de novas tecnologias.

No entanto, ressaltou Lima Sobrinho, decorridos 12 anos, os contratos de risco não propiciaram a descoberta de nenhuma gota de petróleo; apenas gás natural na baía de Santos. Mesmo assim, sua comercialidade não foi ainda comprovada.

"Que monopólio é esse? pergunta o presidente da ABI, posto que em 1979 as empresas estrangeiras detinham controle de 87 por cento das bacias sedimentares brasileiras e ainda hoje controlam cerca de 60 por cento dessas bacias, mesmo sabendo-se que dos 243 contratos de risco iniciais apenas 60 continuam vigindo.

Machado é por fim do monopólio

No elenco de emendas que acaba de apresentar à Assembleia Nacional Constituinte, o deputado Gilson Machado, do PFL de Pernambuco, propõe a eliminação do monopólio dos bancos oficiais para o repasse de crédito rural e a inclusão dos contratos de risco na pesquisa e lavra de petróleo.

Ambas as matérias foram disciplinadas no substitutivo ao projeto de Constituição de autoria do relator Bernardo Cabral, do PMDB do Amazonas, que acolheu no Artigo 26 a exclusividade dos bancos oficiais na distribuição de recursos creditícios para as atividades rurais e, no Artigo 234, proibiu a celebração de contratos de risco para as atividades de exploração de petróleo.

PAIS CARENTE

O deputado Gilson Machado, na justificativa de suas propostas, assinala que "num país carente de capital e tecnologia, como é o nosso, não é justo que a Constituição brasileira exclua a possibilidade da exploração de petróleo através de contratos de risco". Acrescenta que a maioria das empresas brasileiras, tanto estatais como privadas, são carentes de poupança e de capital de giro.

EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURIDADE

SEGURIDADE SOCIAL

O grupo dos 32 quer a aplicação dos recursos do PIS/PASEP no pagamento do seguro desemprego, mantendo seu caráter de fundo de investimento. Os grupos da Esquerda e do Consenso não especificaram os recursos para o seguro-desemprego, embora o tenham mantido como proposta.

LIBERDADE DE ENSINO

O ensino é livre às instituições particulares, desde que estas se submetam às normas gerais da educação traçadas pela legislação. Esta é a posição dos grupos do Consenso e dos 32, o grupo da Esquerda deseja que o controle destas escolas seja feito de forma mais efetiva pelo Estado.

VERBAS PARA O ENSINO

O grupo dos 32 não aceita a destinação exclusiva de verbas públicas para o ensino público. O do Consenso também não, mas fixa os limites de recebimento destas verbas por esco-



las particulares — elas têm que ter caráter confessional ou filantrópico, além de firmar compromisso de, em caso de fechamento, destinar seu patrimônio a outra instituição de ensino ou ao poder público.

ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO

Tanto o Grupo do Consenso quanto o Grupo dos 32 aceitam a destinação dos 18% do orçamento da União para a Educação. O Grupo do Consenso, no entanto, quer que se acrescente como recursos para a Educação pelo

menos 25% da receita resultante de impostos estaduais e municipais. O Grupo da Esquerda quer, como somatório para o orçamento da educação, 13% dos orçamentos estaduais e municipais.

ORÇAMENTO PARA A SAÚDE

O grupo da Esquerda quer a destinação de pelo menos 30% do orçamento total para a seguridade investidos em saúde, além da participação dos estados e municípios na destinação de recursos para a área. Os grupos do Consenso e dos 32 querem a manutenção do substitutivo, que prevê a dotação de recursos tributários da União no setor.

DIREITO À APOSENTADORIA

Os grupos dos 32 e do Consenso concordam com a fixação da idade mínima de 53 anos para o homem e 48 para a mulher para efeitos de aposentadoria. O grupo da Esquerda acrescenta que todo trabalhador tem direito à aposentadoria aos 65 anos, independentemente de ter contribuído para a Previdência Social.

DIREITOS DO TRABALHADOR

JORNADA DE TRABALHO

O grupo dos 32 quer a jornada de 48 horas semanais. O da Esquerda quer 40 horas. O do Consenso não tem posição firmada sobre o assunto.

ESTABILIDADE NO EMPREGO

Os grupos dos 32 e do Consenso ainda não têm posição definida sobre o assunto. O grupo da Esquerda proíbe a demissão imotivada, mas cita os casos em que ela pode ocorrer, ou seja, só em caso de contratos não superiores a dois anos, nos casos de transitoriedade dos serviços ou da atividade da empresa, ou ainda quando se tratar de contratos de experiência com duração de 90 dias.



SALÁRIOS E 13%

O grupo dos 32 não deseja a redução dos salários em termos reais. O

grupo da Esquerda fala em irredutibilidade pura e simples. O grupo do Consenso não se pronunciou também a respeito deste item. O 13º salário é aceito pelo grupo dos 32, mas num limite percentual a ser definido pela legislação ordinária. O grupo da Esquerda deseja manter o texto do substitutivo, que fixa o 13º em valor igual ao do salário de dezembro do ano que for concedido este adicional.

DIREITO À GREVE

Para o grupo da Esquerda o direito à greve é inquestionável, ressalvada a continuidade dos serviços públicos essenciais à comunidade. Os grupos do Consenso e dos 32 ainda não definiram suas posições.